Ventos de São Joaquim Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022

KPDS 943155

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	**3**
Balanços patrimoniais	**6**
Demonstrações do resultado	**7**
Demonstrações do resultado abrangente	**8**
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido.	**9**
Demonstrações dos fluxos de caixa	**10**
Notas explicativas às demonstrações financeiras	**11**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de Santo Joaquim Energias Renováveis S.A.
Maracanaú – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Joaquim Energias Renováveis S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Joaquim Energias Renováveis S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercíco findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Imobilizado	
Veja as Notas 2.8 e 7 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui imobilizado líquido no montante de R$ 328.567.884, divulgado na Nota explicativa nº 07. A Companhia até o momento não iniciou suas operações e dessa forma suas principais operações referem-se a aquisições de ativo imobilizado. Tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, reconhecimento e mensuração dos bens do imobilizado; - Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para analisar se a natureza dos gastos são condizentes com ativo registrado; -Avaliamos ainda a adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais da Companhia. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o imobilizado e as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Ventos de Santo Joaquim Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	121.541.923	1.795.750
Contas a receber de clientes		1.179.562	-
Impostos a recuperar		43.561	-
Estoques		9.451	9.450
Outros créditos		3.594	810
Partes relacionadas - outros créditos	14	5.975.731	163.442
Despesas antecipadas	6	203.159	3.360
Total do Ativo Circulante		**128.956.981**	**1.972.812**
Aplicações financeiras vinculadas	5	452.957	-
Despesas antecipadas	6	215.004	12.675
Realizável a longo prazo		**667.961**	**12.675**
Investimentos		-	-
Imobilizado	7	328.567.884	42.843.391
Intangível		-	-
		328.567.884	**42.843.391**
Total do Ativo Não Circulante		**329.235.845**	**42.856.066**
Total do Ativo		**458.192.826**	**44.828.878**

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	10	5.044.307	694.194
Debêntures	8	152.693.310	-
Partes relacionadas - outras contas a pagar		611.280	5.190.440
Obrigações fiscais		5.126.709	123.392
Obrigações trabalhistas		386.820	148.647
Outras contas a pagar		52.743	-
Obrigações com arrendamentos		5.869	4.167
Total do Passivo Circulante		**163.921.038**	**6.160.840**
Empréstimos e financiamentos	9	236.038.187	-
Obrigações com arrendamentos		-	9.241
Total do Passivo Não circulante		**236.038.187**	**9.241**
Patrimônio líquido			
Capital social	11	72.374.000	35.148.072
Adiantamento para aumento de Capital		-	4.856.750
Prejuízos acumulados		(14.140.399)	(1.346.025)
Total do Patrimônio líquido		**58.233.601**	**38.658.797**
Total do Passivo		**399.959.225**	**6.170.081**
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**458.192.826**	**44.828.878**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Joaquim Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	12	5.252.482	-
Custos operacionais	13	(5.595.918)	-
Lucro (prejuízo) bruto		**(343.436)**	**-**
Despesas gerais ou administrativas	14	(2.858.502)	(1.003.043)
Outras despesas operacionais		(134)	(12)
Outras receitas operacionais		-	-
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		**(3.202.072)**	**(1.003.055)**
Receitas financeiras	15	2.551.633	710
Despesas financeiras	15	(10.670.630)	(5.267)
Resultado financeiro líquido		**(8.118.997)**	**(4.557)**
Resultado antes dos tributos sobre lucro		**(11.321.069)**	**(1.007.612)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.473.305)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(12.794.374)**	**(1.007.612)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Joaquim Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	(12.794.374)	(1.007.612)
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-
Resultado abrangente total	(12.794.374)	(1.007.612)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Joaquim Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021		**35.148.072**	**(6.934.000)**	**-**	**(338.413)**	**27.875.659**
Capital integralizado	11	-	6.934.000	-		**6.934.000**
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	-	4.856.750		**4.856.750**
Prejuízo do exercício	11	-	-	-	(1.007.612)	**(1.007.612)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**35.148.072**	**-**	**4.856.750**	**(1.346.025)**	**38.658.797**
Capital subscrito	11	37.225.928	(37.225.928)	-	-	**-**
Capital integralizado	11	-	37.225.928	(4.856.750)	-	**32.369.178**
Prejuízo do exercício	11	-	-	-	(12.794.374)	**(12.794.374)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**72.374.000**	**-**	**-**	**(14.140.399)**	**58.233.601**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Joaquim Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(12.794.374)	(1.007.612)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	7	4.204.748	11.257
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	3.024.140	-
Juros sobre debêntures	8	5.499.457	-
Resultado da baixa de imobilizado		388	
Juros sobre arrendamentos		(1.578)	
Rendimento de aplicação		(454)	-
Apropriação do custo de captação		535.991	-
Imposto de renda e contribuição social		1.473.305	-
		1.941.623	**(996.355)**
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(1.179.562)	-
Impostos a recuperar		(43.561)	-
Estoques		-	(9.450)
Despesas antecipadas	6	(402.127)	(1.748)
Outros créditos		14.591.230	(810)
Partes relacionadas - outros créditos	16	(5.812.289)	(163.442)
Fornecedores		4.280.198	694.193
Partes relacionadas - outras contas a pagar	16	(9.708.309)	5.156.602
Obrigações trabalhistas		238.173	148.647
Obrigações fiscais		3.737.273	122.387
Outras contas a pagar		52.743	(3.031)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		**7.695.392**	**4.946.993**
Impostos pagos sobre o lucro		(207.261)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**7.488.131**	**4.946.993**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(452.503)	-
Aquisição de imobilizado	7	(291.763.711)	(14.946.565)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		**(292.216.214)**	**(14.946.565)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/integralização de capital	11	32.369.178	6.934.000
Obrigações com arrendamento		(15.651)	(5.346)
Captações de empréstimos e finananciamentos	9	237.369.203	-
Captações de Debêntures		140.000.000	-
Custo de captação empréstimos	8	(4.355.156)	-
Custo de captação Debêntures	8	(893.318)	-
Capitalização de imobilizado	9	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	4.856.750
Fluxo de caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades de financiamento		**404.474.256**	**11.785.404**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**119.746.173**	**1.785.832**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.795.750	9.918
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	121.541.923	1.795.750
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**119.746.173**	**1.785.832**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeirasfinanceiras

(Valores expressos em Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Joaquim Energias Renováveis S.A., "Companhia", situada na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, Nº 10800, sala 281 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 18 de dezembro de 2019.

A Companhia sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 166, de 09 de abril de 2020 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º de janeiro de 2025 para iniciar a operação comercial da 1ª e 2ª unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 67,2 MW, conforme despacho nº 2.962 de 15 de outubro de 2020. De acordo com o despacho nº 2.395 de 31 de agosto de 2022 iniciou operação comercial em 01 de setembro de 2022 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema.

A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica Ventos de São Januário 16, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

Capital Circulante Líquido:

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 34.964.057 (2021: 4.188.030), parte significativa desse valor é referente a debêntures. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos para a conclusão do Empreendimento, serão suportadas pelas receitas de operações futuras, por aportes de acionistas e/ou captação de financiamentos bancários.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de maio de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "*impairment*". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos

de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedor e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou quaisquer indícios de "impairment" com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não constituiu provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados são avaliados ao custo amortizado.A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.10 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a

transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 / IFRS 15 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da companhia são provenientes da comercialização no livre mercado e da venda de energia gerada. A comercialização de energia gerada no mercado de livre negociação é registrada com base nos contratos firmados com os clientes e as receitas provenientes da venda de energia gerada é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

As receitas de prestação de serviço da companhia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber mensalmente, conforme a obrigação de desempenho é atendida.

A receita de comercialização de energia é registrada com base no fornecimento de energia, acordado em a contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.
As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado - diferença entre os preços contratados e os de mercado - das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações contábeis.

Quanto à receita de venda de energia elétrica (geração centralizada), a mesma é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.11 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2022

Uma série de novas normas serão efetivas para exercicios iniciados após 1° de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico, quando este estiver em operação comercial.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e

controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

As aplicações financeiras da Companhia, apresentadas na nota 4, possuem regras contratuais fundamentalmente atreladas ao risco de mercado associados ao CDI.

Análise de sensibilidade

	Saldo 31/12/2022	**Risco**	**Cenário Provável**	**Cenário 25%**	**Cenário 50%**
Saldo de aplicações financeiras (CP) - CDB	120.630.161	Variação do CDI: 11,87%	120.630.161	121.008.359	121.083.998
Efeito no resultado			2.548.932	2.927.130	3.002.769
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	452.957	Rendimentos em FI: 12,10%	452.957	453.026	453.039
Efeito no resultado			454	523	536
Saldo de empréstimos e financiamentos	(240.393.343)	IPCA: 5,79%	(240.393.343)	(240.612.215)	(240.655.990)
Efeito no resultado			(3.024.140)	(3.243.012)	(3.286.787)
Saldo de empréstimos e financiamentos (debêntures)	(152.693.310)	Variação do CDI: 13,65%	(152.693.310)	(153.631.655)	(153.819.324)
Efeito no resultado			(5.499.457)	(6.437.802)	(6.625.471)

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	**31/12/2021**
Caixa	1.500	-
Bancos conta movimento	910.262	95.041
Aplicações financeiras (a)	120.630.161	1.700.709
Total	**121.541.923**	**1.795.750**

a) A Companhia mantem suas disponibilidades de caixa preferencialmente em fundos contratados para esse fim, com baixo risco de crédito e com remuneração acima de 100% do CDI. Para disponibilidades de caixa com prazo inferior a 30 dias, a Companhia contrata instrumentos de renda fixa de curto prazo com baixo risco de crédito e remuneração entre 80% e 100% do CDI. Em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro 2021 estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.

4 Aplicações Financeiras

	31/12/2022	**31/12/2021**
Aplicações financeiras Vinculadas (a)	452.957	-
Total	**452.957**	**-**

a) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Citibank S/A em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento celebrado com a instituição financeira em 30 de Agosto de 2022, onde as liberações foram realizadas a partir de outubro de 2022. Conforme instrumento de crédito, o fundo de liquidez será mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao Contrato de Financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 11,45% no ano de 2022 e 9,96% no ano de 2021.

5 Despesas antecipadas

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios de seguro a apropriar	413.188	10.927
Outras despesas pagas	4.975	5.108
	418.163	**16.035**
Ativo circulante	**203.159**	**3.360**
Ativo não circulante	**215.004**	**12.675**

6 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Edificações	3,33% a 4%	28.893.843	(305.727)	28.588.116	-
Máquina e Equipamentos	1,85% a 16,67%	302.997.642	(3.808.851)	299.188.791	15.749
Equip. Processamento de Dados	20%	4.390	(1.098)	3.292	4.170
Torres Anemométricas	10%	185.241	(20.068)	165.173	183.697
Veículos	20%	542.335	(48.375)	493.960	-
Adto. a fornecedores de imobilizado		128.552	-	128.552	37.797.179
Imobilizado em andamento		-	-	-	4.829.143
Ativo de direito de uso		35.686	(35.686)	-	13.453
Total		**332.787.690**	**(4.219.805)**	**328.567.884**	**42.843.391**

b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2021	Adições	Transferência	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Edificações	**-**	-	28.893.844	-	(305.727)	**28.588.117**
Máquina e Equipamentos	**15.749**	-	302.981.532	-	(3.808.490)	**299.188.791**
Equip. Processamento de Dados	**4.170**	-	-	-	(878)	**3.292**
Veiculos	**-**	542.334	-	-	(48.375)	**493.959**
Torres Anemométricas	**183.697**	-	-	-	(18.524)	**165.173**
Adto. a fornecedores de Imobilizado	**37.797.179**	296.875.888	(334.544.515)	-	-	**128.552**

Imobilizado em andamento	**4.829.143**	7.095.732	2.669.139	(14.594.014)	-	**-**
Ativo de direito de uso de bens arrendados	**13.453**	9.302	-	-	(22.755)	**-**
Total	**42.843.391**	**304.523.256**	**-**	**(14.594.014)**	**(4.204.749)**	**328.567.884**

	31/12/2020	**Adições**	**Transferência**	**Depreciação**	**31/12/2021**
Licenciamento ambiental	**129.930**	340.105	(470.035)	-	**-**
Máquina e Equipamentos	**-**	16.111	-	(362)	**15.749**
Equip. de Processamento de Dados	**-**	4.390	-	(220)	**4.170**
Torres Anemométricas	**-**	185.241	-	(1.544)	**183.697**
Adto. a fornecedores de Imobilizado	**27.629.844**	10.173.712	(6.376)	-	**37.797.179**
Imobilizado em andamento	**129.946**	4.222.786	476.411	-	**4.829.143**
			-		
Ativo de direito de uso de bens arrendados	**18.363**	4.220		(9.131)	**13.453**
Total	**27.908.083**	**14.946.565**	**-**	**(11.257)**	**42.843.391**

7 Debêntures

Em 29 de julho de 2022 foi celebrado com o Banco do Brasil um contrato de abertura de crédito fico da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória em série única para distribuição pública com esforços restritos da Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A no valor nominal de R$ 140.000.000.

Sobre os valores desembolsados pelo financiador em decorrência deste contrato, bem como o saldo devedor daí decorrente, incidirão juros que serão calculados pela da Taxa Efetiva de Juros dos Fundos de Desenvolvimento (TFD), ou outro indicador econômico-financeiro que legalmente venha substituí-la. A TFD é formada pela composição da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, e pelo seu componente prefixado que são a Taxa de Juros Prefixada da TLP relativa à remuneração da parcela dos recursos, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR), do Fator de Programa (FP).

O pagamento da dívida se dará após o período de carência compreendido de 12 meses. O primeiro pagamento da remuneração das Debêntures será realizado em 01 de janeiro de 2025. Os demais pagamentos da remuneração ocorrerão sucessivamente nos semestres subsequentes, sempre no dia 01 (um) dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o último pagamento realizado em 01 de julho de 2042.

As Debêntures são garantidas por meio de alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da emitente detidas pelas acionistas, a ser constituída pelos acionistas em favor dos titulares, representados pelo agente fiduciário, nos termos do instrumento particular de alienação fiduciária de ações e outras avenças a ser celebrado entre os acionistas, o agente fiduciário e a emitente (respectivamente, “contrato de alienação fiduciária” ou “contrato de garantia” e “alienação fiduciária de ações”).

a. Composição do saldo

Banco	Tipo	31/12/2022
Debênture Ponte	FNE	**152.693.310**

b. Movimentação da conta

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Captações de debêntures	140.000.000
Juros sobre debêntures	5.499.457
Custo de captação de debêntures	(357.327)
Capitalização de imobilizado debêntures	7.551.180
Saldo em 31 de dezembro	**152.693.310**
Circulante	**152.693.310**
Não circulante	-

8 Empréstimos e financiamentos

Em 30 de Agosto de 2022, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES destinado à implantação da Central Geradora Eólica Ventos de São Januário 16, no valor de R$ 95.200.000,00 para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE, (ii) pela taxa de juros prefixada de 5,19 % (cinco inteiros e dezenove por cento) ao ano e (iii) pelo spread do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de 2,08% (dois inteiros e oito por cento) ao ano. O período total de pagamento é de 270. Os covenants do contrato firmado são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O contrato de financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do Empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações, penhor de aerogeradores e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se adimplente com suas obrigações estabelecidas no contrato

a. Composição do saldo

Banco	Tipo	31/12/2022
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	Financiamento	86.621.615

b. Movimentação da conta

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Captações de empréstimos e financiamentos	85.000.000
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.621.615
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**86.621.615**
Circulante	
Não circulante	**86.621.615**

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

	31/12/2022	
Vencimento	**Valor**	**%**
2024	3.849.850	4%
2025	3.849.850	4%
2026	3.849.850	4%
2027	3.849.850	4%
2028	3.849.850	4%
2029	3.849.850	4%
2030	3.849.850	4%
2031	3.849.850	4%
2032	3.849.850	4%
2033	3.849.850	4%
2034	3.849.850	4%
2035	3.849.850	4%
2036	3.849.850	4%
2037	3.849.850	4%
2038	3.849.850	4%
2039	3.849.850	4%
2040	3.849.850	4%
2041	3.849.850	4%
2042	3.849.850	4%
2043	3.849.850	4%
2044	3.849.850	4%
2045	3.849.850	4%
2046	1.924.915	2%
Total	**86.621.615**	**100%**

Em 29 de Julho de 2022, a Companhia celebrou contrato de abertura de Crédito Fixo com o Banco do Brasil S.A destinado à implantação da Central Geradora Eólica Ventos de São Januário 16 (Ventos de Santo Joaquim Energias Renováveis S.A), no valor de R$ 194.155.160,07 destinado a implantação do Projeto que significa em conjunto os seguintes contratos: o contrato de aerogeradores; o contrato de obra civil; o contrato de bop eletromecânico; o contrato de rmt; o contrato de o&m; e os ppas para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços.

Sobre os valores desembolsados pelo financiador em decorrência deste CONTRATO, bem como o saldo devedor daí decorrente, incidirão juros que serão calculados pela da Taxa Efetiva de Juros dos Fundos de Desenvolvimento (TFD), ou outro indicador econômico-financeiro que legalmente

venha substituí-la. A TFD é formada pela composição da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, e pelo seu componente prefixado que são a Taxa de Juros Prefixada da TLP relativa à remuneração da parcela dos recursos, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR), do Fator de Programa (FP).

O pagamento da dívida se dará após o período de carência compreendido de 12 meses. O primeiro pagamento será realizado em 01 de janeiro de 2025. Os demais pagamentos da remuneração ocorrerão sucessivamente nos semestres subsequentes, sempre no dia 01 (um) dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o último pagamento realizado em 01 de julho de 2042.

a. Composição do saldo

Banco	**Tipo**	**31/12/2022**
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste	FDNE	**153.771.727**

b. Movimentação da conta

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Captações de empréstimos e financiamentos	152.369.203
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.402.524
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**153.771.727**
Circulante	-
Não circulante	**153.771.727**

9 Fornecedores nacionais

	31/12/2022	**31/12/2021**
Andaluz Servicos de Engenharia	-	120.263

Auto Posto de Ourolandia Ltda - EPP	-	1.780
EB Engenharia e Consultoria Ltda	-	29.901
Gerdau Acos Longos S.A	-	264.001
Gomes e Nascimento Equipamentos	-	62
Hill Internacional Brasil SP S.A	-	3.031
M R S Estudos Ambientais Ltda	-	224.351
Posto de Combustiveis Natanai Ltda	-	47.850
Secretaria da Receita Federal do Brasil	-	965
Testbrasil Instrumentos e Equipamentos	-	1.990
A3 Turismo e Receptivo Ltda - ME	2.050	-
Arth Wind Services e Consulting Eireli	60.192	-
Automalogica Sistemas para Automaca	18.050	-
Center Servicos Ltda	700	-
Centro de Distribuicao de Titulos e	349	-
Claudia Pereira da Silva Leite	1.200	-
E Oliveira Martins - ME - Comercial	5.039	-
FL Brasil Holding Logistica e Trans	88	-
Gomes e Nascimento Equipamentos de	4.372	-
Hill Internacional Brasil SP S.A	3.031	-
Integratio Mediacao Social	39.732	-
Intercement Brasil S.A.	21.000	-
Jamile de Jesus Ferreira	727	-
Jamilton Silva Ferreira	463	-
Jubaia Comercial de Produtos	6.230	-
JUCEC - Junta Comercial do Estado do Ceará	432	-
Lar Plasticos Industria e Comercio	5.200	-
LMENG Consultoria Projetos Engenharia	15.685	-
MR Motors Comercio de Veiculos Ltda	1.834	-
Mr. Ynet Network Informatica Ltda -	4.500	-
Network Secure Seguranca da Informa	2.320	-
Novos Tempos Comercio de Veiculos Ltda	1.142	-
Secretaria da Receita Federal do Brasil	16.728	-
T S Infraestrutura e Engenharia S.A	2.357.028	-
Tombador da Chapada Ltda - EPP	159.800	-
Top ID Consultoria e Servicos Ltda	207	-
Transformadores e Servicos de Energia	2.228.106	-
Transmissora Jose Maria de Macedo	32.544	-
Transmissora Porto Alegrense de Energia	16	-
Wicente Glesdyston Bispo de Carvalho	245	-
Wilian Andre de Souza - ME - WAS	550	-
Windcraft Engenharia e Servicos Ltda	54.747	
Total	**5.044.307**	**694.194**

10 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R$ 72.374.000 em 2022 (2021: R$ 35.148.072) e está representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
Acionistas	**(%) de ações**	**Valor**	**(%) de ações**	**Valor**
Mercury Renew	20%	14.474.800	20%	7.029.614
CDV Holding S.A	80%	57.899.200	80%	28.118.458
Total	**100%**	**72.374.000**	**100,00%**	**35.148.072**

Aumento de capital

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 18 de março de 2022, foi subscrito capital no montante de R$ 34.851.928 e integralizado capital nesta data no montante de R$ 15.141.750 com moeda funcional da Companhia com entrada em caixa e equivalente de caixa.

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 16 de setembro de 2022, foi subscrito capital no montante de R$ 2.374.000 e integralizado capital nesta data no montante de R$ 2.374.000 com moeda funcional da Companhia com entrada em caixa e equivalente de caixa.

No exercício de 2022, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R$ 19.710.178 com entrada em caixa e equivalente de caixa e adiantamentos para futuro aumento de capital.

11 Receita operacional líquida

	31/12/2022
Energia elétrica de curto prazo – geração própria	5.451.460
Pis	(35.434)
Cofins	(163.544)
Total	**5.252.482**

12 Custos operacionais

	31/12/2022
Mão-de-obra	(309.152)
Amortizações e depreciações	(4.135.360)
Gastos operacionais - geração energia	(364.940)
	(533.199)
Seguros	(230.837)
Gastos com manutenção	(22.430)
Total	**(5.595.918)**

13 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(34.250)	-
Despesas com veículos	(37.954)	(17.606)

Despesas com escritórios	(117.560)	(4.307)
Despesas com viagens	(387.231)	(61.946)
Despesas informática e telecomunicações	(41.969)	(1.600)
Despesas com relações com o mercado (b)	(1.013)	-
Despesas legais	(207.757)	(49.507)
Compartilhamento de despesa (a)	(854.004)	(802.055)
Serviços - pessoa jurídica (c)	(1.034.434)	(6.931)
Amortizações e depreciação	(69.388)	(11.257)
Tributos e contribuições	(72.942)	(1.855)
Mão-de-obra	-	(34.814)
Gastos com propriedades	-	(10.830)
Gastos com manutenção	-	(335)
Total	**(2.858.502)**	**(1.003.043)**

(a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

(b) Refere-se despesa associativa CCEE, publicidade, feiras, exposições e congressos.

(c) Refere-se a consultoria, serviço de mão de obra e auditoria diversa

14 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Rendimento de aplicacoes financeiras (a)	2.549.386	710
Descontos obtidos	1	-
Outras receitas financeiras	2.246	-
	2.551.633	**710**
Tarifas bancárias	(12.290)	(3.290)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.024.140)	-
Juros sobre Debêntures	(5.499.457)	-
IOF	(1.596.233)	-
Multas e juros passivos	(1.230)	(889)
Amortizacao custo de emprestimos pré - operacional	(535.991)	-
Juros sobre direito de uso	(310)	(983)
Juros pagos a fornecedores	(979)	(105)
	(10.670.630)	**(5.267)**
Total	**(8.118.997)**	**(4.557)**

(a) Os rendimentos das aplicações financeiras que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, e estão deduzidos dos custos dos empréstimos incorridos.

15 Partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Em 31 de dezembro 2021

Ativo

Pates relacionadas – outros créditos (b)	**163.442**
Passivo	
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a) (b)	**5.120.557**
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	**802.055**
Em 31 de dezembro 2022	
Ativo	
Pates relacionadas – outros créditos (b)	**5.975.731**
Passivo	
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a) (b)	**611.280**
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	**854.004**

(a) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. e o pagamento será realizado mediante Nota de Débito.

(b) A Companhia possui imobilizações em andamento e despesas em regime de condomínio, conforme contrato com as demais empresas do complexo, ficando com saldos em contas transitórias de ativo e passivo até a sua liquidação.

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições de mercado.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 06 de dezembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor Contábil	**Valor justo**	**Valor Contábil**	**Valor justo**
Caixas e equivalentes de caixa	121.541.923	121.541.923	1.795.750	1.795.750
Aplicações financeiras vinculadas	452.957	452.957	-	-
Outros créditos	3.594	3.594	810	810
Partes relacionadas - outros créditos (ativo)	5.975.731	5.975.731	163.442	163.442
Fornecedores nacionais	(5.044.307)	(5.044.307)	(694.194)	(694.194)
Empréstimos e financiamentos	(388.731.497)	(388.731.497)	(13.408)	(13.408)
Partes relacionadas – outras contas a pagar	(611.280)	(611.280)	(5.190.440)	(5.190.440)
Outras contas a pagar	(52.743)	(52.743)	-	-
Total	**(266.465.622)**	**(266.465.622)**	**(3.938.040)**	**(3.938.040)**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hirarquia de valor de justo.

17 Imposto de renda e contribuição social corrente

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social correntes	**1.473.305**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022
Receita operacional bruta	5.451.460
Alíquota de presunção	8%
Lucro presumido	436.117
Receitas financeiras/Outras receitas (a)	3.817.527
Alíquota vigente	25%
Imposto de renda corrente	**(1.063.411)**
CSLL/alíquota de presunção	12%
CSLL/Lucro presumido	654.175
Receitas financeiras/Outras receitas (a)	3.900.210
Alíquota vigente	9%
Contribuição social corrente	**(409.895)**
Total de imposto de renda e contribuição social correntes	**(1.473.305)**

(a) Trata-se de receitas financeiras.

As diferenças de bases da receita financeira são decorrentes ao descrito na nota 15.a.

18 Contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados

como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.